



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ISSN2175-9596



## REDES COMUNITÁRIAS E REGIMES DE INVISIBILIDADE DE INFRAESTRUTURAS E CORPOS

*Redes comunitarias y regímenes de invisibilidad de infraestructuras y organismos*

*Community networks and invisibility regimes of infrastructures and bodies*

**Débora Prado de Oliveira<sup>a</sup>**

<sup>(a)</sup> Mestranda do Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. E-mail: debora.dpo@gmail.com.

### Resumo

Este trabalho busca discutir a articulação de dois regimes de invisibilidade que acontecem simultaneamente a processos de concentração e controle sobre diferentes camadas da Internet na contemporaneidade: o de suas infraestruturas e o de corpos não-hegemônicos. Pretendemos aqui aproximar o debate sobre a Internet e as assimetrias de poder que configuram uma nova etapa do sistema produtivo, conceituada como capitalismo de vigilância, do conjunto de críticas trazidas pelo campo dos Estudos de Gênero na perspectiva interseccional e das formulações desenvolvidas em torno do projeto Vedetas no Brasil. A intersecção entre estas áreas ajudam a situar e problematizar tais regimes de invisibilidade e também a compreender algumas das distintas motivações que têm gerado articulações entre mulheres e pessoas não binárias em torno do debate e experimentação com redes autônomas e comunitárias – passando, assim, a figurar como grupos tecnopolíticos relevantes para a multiplicação destas redes e para o debate de seu potencial enquanto alternativas de resistência, apropriação tecnológica e para obter autonomia relativa em relação a meios de comunicação e informação.

**Palavras-chave:** Cibercultura; Tecnopolítica; Feminismo interseccional; Gênero; Redes digitais.

### Resumen

*Este trabajo busca discutir la articulación de dos regímenes de invisibilidad que ocurren simultáneamente a procesos de concentración y control sobre diferentes capas de Internet en la contemporaneidad: el de sus infraestructuras y el de cuerpos no hegemónicos. Pretendemos aquí acercar el debate sobre Internet y las asimetrías de poder que configuran una nueva etapa del*

*sistema productivo, conceptualizada como capitalismo de vigilancia, del conjunto de críticas traídas por el campo de los Estudios de Género en la perspectiva interseccional y de las formulaciones desarrolladas en torno al proyecto Vedetas en Brasil. La intersección entre estas áreas ayudan a situar y problematizar tales regímenes de invisibilidad y también a comprender algunas de las distintas motivaciones que han generado articulaciones entre mujeres y personas no binarias en torno al debate y experimentación con redes autónomas y comunitarias, pasando así a figurar como grupos tecnopolíticos relevantes para la multiplicación de estas redes y para el debate de su potencial como alternativas de resistencia, apropiación tecnológica y para obtener autonomía relativa en relación a medios de comunicación e información.*

**Palabras clave:** *Cibercultura; Tecnopolítica; Feminismo interseccional; Género; Redes digitales.*

### **Abstract**

*This work seeks to discuss the articulation of two invisibility regimes that occur simultaneously to processes of concentration and control over different layers of the Internet in contemporary times: that of its infrastructures and that of non-hegemonic bodies. We intend to approach the debate about the Internet and the asymmetries of power that constitute a new stage of the productive system, conceptualized as vigilance capitalism, of the set of criticisms brought by the field of Gender Studies in the intersectional perspective and of the formulations developed around the project Vedetas in Brazil. The intersection between these areas helps to situate and problematize such invisibility regimes and also to understand some of the different motivations that have generated articulations between women and non-binary people around the debate and experimentation with autonomous and community networks – as relevant technological groups for the multiplication of these networks and for the debate of their potential as alternatives of resistance, technological appropriation and to obtain relative autonomy in relation to means of communication and information.*

**Keywords:** *Cyberculture; Technopolitics; Intersectional feminism; Gender; Digital network.*

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo busca discutir a articulação de dois regimes de invisibilidade que acontecem simultaneamente a processos de concentração e controle sobre diferentes camadas da Internet na contemporaneidade: a invisibilidade de suas infraestruturas e a de corpos não-hegemônicos (e das assimetrias de poder a eles associados). O compromisso de revelar a operação de ambos regimes – construindo analogias entre eles, para, ao romper a invisibilidade, buscar desmontá-los e advogar por tecnologias livres – tem motivado articulações tecnopolíticas de mulheres e pessoas não binárias em torno do debate e experimentação com redes autônomas e comunitárias, compreendidas enquanto alternativas de resistência, apropriação tecnológica e para buscar autonomia relativa em relação aos seus meios de comunicação e informação.

Mais especificamente, este artigo reúne formulações desenvolvidas por ativistas ligadas ao projeto Vedetas, iniciativa do coletivo e *hackerspace* brasileiro MariaLab, que vem produzindo textos, oficinas, diálogos, parcerias e saberes nesta frente. Entre as iniciativas, em 2017, o grupo promoveu um curso sobre redes autônomas e comunitárias **feministas**, acrescentando a qualificação que grifo, com diferentes mulheres na cidade de São Paulo, buscando construir formulações coletivas sobre o tema e estimular a multiplicação e instalação de novas redes.

As interações sociais em torno da tecnologia, durante o curso, geraram debates que buscaremos aproximar da literatura numa tentativa de melhor compreender os sentidos mobilizados, as formulações e potências da aproximação entre estas duas agendas – a do feminismo interseccional (e o movimento crítico deste campo ao da Ciência e Tecnologia) e o debate tecnopolítico sobre infraestruturas a partir das experiências com redes autônomas e comunitárias (e seu potencial de resistência à paradigmas associados à vigilância e à concentração de poder na Internet).

## **PERSPECTIVA NÃO BINÁRIA DE EPISTEMOLOGIAS E CORPOS**

As *práxis* de coletivos, ativistas, pesquisadoras e teóricas feministas, que para além de movimentos sociais buscaram constituir os feminismos enquanto uma teoria crítica e um marco interpretativo, trouxeram um conjunto de críticas relevantes ao contestar categorias binárias e noções de universalidade e neutralidade presentes em distintas teorias sociais.

Os diversos feminismos (como os feminismos pós-coloniais e descoloniais, feminismo negro, latino, entre outros), que acabaram sendo caracterizados como de Terceira Onda, aplicaram este movimento crítico ao próprio campo dos Estudos de Gênero, buscando dar um passo além ao apontar que as teóricas do campo acadêmico e político que ficou conhecido como a Segunda Onda do Feminismo<sup>1</sup> trouxeram inovações e transformações importantes, mas construíram reflexões, teorias e práticas a partir de suas próprias experiências – que não serão sempre as mesmas de todas as mulheres. Demandaram, assim, o reconhecimento da diversidade entre mulheres, evidenciando que a centralidade nas questões de gênero subjuguou as intersecções de outras diferenças como as de raça, classe social, nacionalidade – perspectiva que deu origem ao feminismo interseccional (Piscitelli, 2009). Crenshaw (2002) conceitua a interseccionalidade, ao apontar como a materialização de sistemas de diferença prejudicava o acesso de mulheres negras à direitos civis e humanos, impondo-lhes limites e riscos.

Estas vertentes feministas apontaram, portanto, os limites do sistema sexo-gênero e da categoria de identidade ‘mulher’, mas não só: questionaram também os esquemas de binaridades e as pretensas universalidades que caracterizavam a razão ocidental hegemônica, denunciando o colonialismo político e cultural que tais esquemas estruturavam – influenciando as pesquisas no campo dos estudos de gênero no mundo todo.

Nessa esteira, Haraway (2009) evidencia a necessária contestação de binaridades, como a oposição natureza/cultura, para romper com a dimensão epistemológica de dominação de mulheres e outros sujeitos que permaneciam à margem no discurso colonialista ocidental.

O reconhecimento das diferenças é associado a ação política por transformações no sentido de romper hegemonias e a naturalização de hierarquias, conforme aponta Collins (2017), que sobre a obra de

---

<sup>1</sup> Segundo a pesquisadora Adriana Piscitelli (2009) a "primeira onda" do feminismo ocorreu entre o final do século XIX e início do XX, em que houve uma onda de mobilizações no continente europeu, na América do Norte e em outros países, impulsionada pela ideia de "direitos iguais à cidadania", que centrava forças na reivindicação pela igualdade formal e legal entre os sexos. A obra *Segundo Sexo* (1949), da escritora francesa Simone de Beauvoir, é considerada precursora do feminismo que ficou conhecido como de "segunda onda", protagonizado por grupos organizados de mulheres, na segunda metade do século XX, que denunciavam o patriarcado – um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. Consideram necessário enfrentar os aspectos sociais que situavam a mulher em um lugar inferior ao homem. A autora aponta que a partir das reformulações a partir das críticas da Terceira Onda, “o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres” (Piscitelli, 2009, paginação indisponível).

Crenshaw ressalta que a autora “está claramente defendendo a interseccionalidade como uma construção de justiça social, e não como uma teoria da verdade desvinculada das preocupações de justiça social”.

Numa arena posicionamentos plurais, as epistemologias feministas convergiam ainda na denúncia da incorporação (e naturalização) de valores patriarcais e androcêntricos em campos de produção de conhecimentos e tecnologias (Haraway, 1995; Harding, 1998; Sardenberg, 2002). Ao reivindicar uma epistemologia feminista, Rago (1998) aponta que a ciência possui caráter particularista, ideológico, racista e sexista; denunciando que o saber se processa a partir de um conceito universal de homem ‘branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo’ – pretensa universalidade que compromete a suposta neutralidade do conhecimento.

Neste movimento crítico, ganha força também a contestação de noções de neutralidade e objetividade da ciência e dos artefatos técnicos a partir das perspectivas feministas. Haraway (1995) traz o questionamento do que a autora chamaria de um “labirinto de dualismos” para o pensamento sobre a Ciência e Tecnologia, apontando os limites também do par de oposições humano-máquina. Segundo a autora, tais dualismos conduzem a polarização e redução da reflexão, sendo insuficientes para pensar como as novas tecnologias impactam as relações cotidianas no mundo atual.

Ao pensar as novas tecnologias de uma perspectiva feminista, Haraway (1995) aponta a capacidade das ciências da comunicação e biológicas promoverem “a tradução do mundo em termos de um problema de codificação, isto é, a busca de uma linguagem comum”, em que toda a “heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca” – tendência que opera na contramão da reivindicação pelo reconhecimento da heterogeneidade que o feminismo interseccional demandava. Nesse sentido, a autora alerta para o risco de apagamento da heterogeneidade, denunciando ainda que “uma grande massa de mulheres e homens pertencentes aos grupos étnicos, e especialmente as pessoas de cor, são controladas por aparatos repressivos *high-tech* que vão do entretenimento à vigilância e ao extermínio”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que Donna Haraway, não busca construir um discurso de determinismo tecnológico, mas ressaltar que se, com a aliança entre capital, ciência e tecnologia, emergem novas formas de poder, serão necessárias também novas formas de análise e de ação política para resistência. A autora tampouco recorre ao relativismo, buscando fugir de posições que engessem o compromisso de buscar melhores formas de compreender o mundo e viver nele a partir de uma “relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (Haraway, 1995, paginação indisponível).

## TECNOLOGIAS DIGITAIS, HOMOGENIZAÇÃO E PODER

O estudo sobre a crescente digitalização e homogeneização da atividade humana (e não humana) em bases de dados cada vez maiores ganhou novos contornos a partir de produções teóricas que se voltam para sua articulação com novas expressões de poder e acumulação na contemporaneidade. Zuboff (2015) conceitua como *capitalismo de vigilância* uma nova etapa do sistema produtivo, cuja emergência está baseada na associação entre a informatização, a busca pela extração crescente de dados e no uso dos imensos volumes de dados extraídos para conhecer, controlar e influenciar o comportamento de usuários de modo a produzir novas modalidades de monetização e controle.

As novas formas de poder e acumulação ajudam a contextualizar os esforços ativos do setor privado para concentração de poder sobre a e na Internet, conforme resume Vicentin (2017) ao descrever os oligopólios que operam em termos de provedores e aplicações na rede – por empresas de telecomunicações enquanto provedoras, por um lado, e por impérios de mídias sociais configurados em torno de um grupo formado por cinco grandes empresas: Facebook, Google, Microsoft, Apple e Amazon – apelidadas por Bruce Sterling de ‘five stacks’<sup>3</sup> – além do interesse de todas elas sobre as infraestruturas pelas quais o imenso volume de dados trafega globalmente.

Nesses processo, a expectativa de descentralização dos meios de comunicação e de horizontalidade que marcou os primeiros anos da Internet é confrontada pelas disputas pela busca da concentração de poder para fins de acumulação e controle privado e vigilância privada e estatal. Mas não só: essa expectativa de horizontalidade é confrontado ainda pela denúncia das desigualdades constituídas a partir de diferenças – sobretudo de gênero, raça e classe – que o legado teórico da crítica feminista à Ciência e Tecnologia, brevemente retomado até aqui, ajuda a colocar em primeiro plano ao revelar que os processos de controle e concentração de poder na Internet não irão impactar os grupos sociais da mesma forma.

Os impactos da hierarquização de vidas e desigualdade de poder que atingem as mulheres em relação às tecnologias digitais são muitos. Muitos deles encontram-se descritos nos diversos artigos que

---

<sup>3</sup> Ao retomar a obra de Sterling, Vicentin (2017) explica que “cada stack (pilha, torre, armazém) é definido como um ‘império de mídia social verticalmente integrado’ cuja principal função é tirar os usuários da Internet e trazê-los para dentro de sua própria ‘pilha’ sem que esses últimos sequer percebam”. Nesse contexto, prossegue, “a Internet é convertida numa infraestrutura ultrapassada que serve essencialmente como meio de trânsito entre stacks”.

compõem a obra *Internet em Código Feminino* (Natansohn, 2013), que analisam os novos dilemas que a internet traz para o feminismo, como as brechas de acesso das mulheres e outros coletivos à rede e à cultura digital, os discursos misóginos e a novas e velhas categorias de violências de gênero na web, entre outros.

A possibilidade de difundir informação a custos mínimos, o funcionamento colaborativo em rede associado à inteligência coletiva, tudo isso favoreceria - pelo menos em teoria - um ambiente comunicacional mais favorável ao desenvolvimento da igualdade de direitos e oportunidades entre todos e todas. Porém, o desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TIC's entre homens mulheres, brancos, negros, pobres e ricos. Por isso, se fala de uma “brecha digital de gênero” (Natansohn, 2013, paginação indisponível).

Natansohn (2013) recupera o legado de teóricas feministas que ajudam a situar a brecha digital de gênero (Castaño, 2008; Alonso, 2007; Wacjman, 2006), que “não se refere somente às dificuldades de acesso à rede, mas também, aos obstáculos que as mulheres enfrentam para apropriarem-se da cultura tecnológica”, afirmando que “compreender essas brechas supõe conhecer, interpretar e entender como o gênero opera sobre a construção da ciência e da tecnologia e como as hierarquias da diferença de gênero afetam o desenho, o desenvolvimento, a difusão e a utilização das tecnologias (Wacjman, 2006; Keller, 1991), não só no nível dos sistemas de produção científica e técnica, mas também na dimensão subjetiva dos indivíduos”.

Estes impactos não serão o mesmo para todas as mulheres, sendo mais acentuados para aquelas que vivem em condição de precariedade<sup>4</sup>, cujos direitos são constantemente violados e que estão mais suscetíveis a explorações e violências estruturais. A perspectiva interseccional ajuda a compreender que a combinação das diferenças fará com que mulheres sofram de diferentes maneiras os impactos do capitalismo de vigilância e enfrentem barreiras distintas em relação aos requisitos de acesso à rede, como os que enumera Alonso (2007) para caracterizar requisitos que constituem uma *fratura tecnológica de gênero*: saber ler e escrever, ter alguma compreensão da língua inglesa, a mais utilizada na linguagem técnica, sem mencionar a disponibilidade de recursos econômicos para custear

---

<sup>4</sup> Butler (2015) lembra que, para além das normas baseadas na suposta linearidade entre sexo-gênero-desejo que deve ser constantemente reiterada, é preciso olhar para a questão da precariedade articulada com a desigualdade econômica e privação política, que hierarquiza corpos, criando grupos de pessoas merecedoras de direitos e outras, designadas como dispensáveis e indignas de luto, ou seja, que estão suscetíveis a explorações e violências em larga escala.

o acesso e obter dispositivos (Natansohn, Brunet, & Paz, 2011) e da disponibilidade do próprio tempo para experimentação tecnológica.

Vale destacar, porém, que a literatura mencionada até aqui busca fugir tanto de um relativismo como do determinismo tecnológico – ou seja, busca caracterizar as TICs, e mais especificamente à Internet, como uma arena de tensões em que rompimentos e continuidades com concepções hegemônicas coexistem<sup>5</sup>, assim como coexistem movimentos hegemônicos e resistências.

Nesse sentido, é importante lembrar que a expectativa de descentralização associada à Internet nos seus primeiros anos vem impulsionando debates e iniciativas de autonomia comunicacional, aos quais se conectam o surgimento de redes autônomas e comunitárias na década de 1990, conforme resgata Vicentin (2017). Tais redes são compreendidas, neste artigo, como um processo e não uma forma acabada – o que significa dizer que as redes digitais autônomas e comunitárias não são uma forma de resistência em si mesmas, mas que na sua materialização guardam um potencial para romper com a névoa em torno das configurações e escolhas técnicas e, assim, promover apropriação tecnológica e autonomia, ainda que parcial.

## **REDES AUTÔNOMAS, COMUNITÁRIAS E FEMINISMOS**

As redes autônomas e comunitárias estão baseadas em paradigmas de abertura do design e de gestão coletiva para promover a conexão compartilhada à Internet ou constituir uma rede digital local. Imperativos práticos, como a busca por uma conexão à Internet em locais não atendidos por operadoras privadas, e imperativos políticos, como a busca por autonomia e a possibilidade de constituição de um ambiente de rede local para trocas seguras entre a comunidade, estimulam a constituição de redes autônomas e comunitárias, conforme sintetiza Vicentin (2017, paginação indisponível):

---

<sup>5</sup> Em paralelo as críticas feministas, os estudos sociais da ciência e tecnologia passam a reposicionar os saberes em relação as tecnologias. Diferentes vertentes da sociologia contemporânea passaram a problematizar a distinção entre ciência, tecnologia e política na sociedade – rejeitando concepções como a de que tecnologia seria a aplicação da ciência e esquemas que separavam a ação humana (política) das descobertas científicas, artefatos e técnicas, que seriam apolíticos ou neutros (Feenberg, 2010; Santos, 2003; Winner, 1986). Nesse cenário, as TICs e a Internet passam a ocupar espaço relevante na análise de fenômenos contemporâneos e para pensar não só a sociabilidade no mundo atual, como também para posicionar a atuação política de grupos em constantes tensões entre hegemônias e resistências.



As motivações para a implementação de uma rede comunitária sem fios podem variar muitíssimo, numa amplitude que vai desde o simples desejo por uma conexão à Internet que tenha qualidade satisfatória e preço acessível, até motivações tecnopolíticas mais refinadas, de grupos que pretendem exercer algum grau de autonomia sobre os meios através dos quais se comunicam, ou seja, querem exercer autonomia sobre seu próprio sistema de informação. Daí que as redes comunitárias se vinculam e se associam a outros movimentos que também atravessam e informam a dimensão tecnopolítica da realidade. Já nos referimos ao hacking, aos movimentos de software livre e de mídia alternativa (Indymedia) mas, além deles, podemos ainda citar os movimentos de rádios livres, de comunidades tradicionais e indígenas, quilombolas, e de proteção do anonimato e da privacidade na rede.

Além dos grupos apontados, vale destacar a emergência de articulações tecnopolíticas de ativistas e coletivos de mulheres e pessoas não binárias em torno dessa agenda, que já vinham historicamente transbordando categorias e conceitos acumulados nos feminismos para o debate sobre tecnologias digitais – como a denúncia do predomínio masculino em algumas atividades ligadas à produção de tecnologias, a operação de regimes de hierarquias e invisibilidades associadas aos corpos e sua relação com a naturalização de desigualdades e violências de gênero, a reivindicação das noções de consentimento, autonomia e a demanda pelo reconhecimento da heterogeneidade de conhecimentos e experiências, entre outros, que podem variar tanto quanto são diversas as mulheres e as articulações teóricas e práticas em torno dos feminismos.

Numa perspectiva interseccional, iniciativas de coletivos feministas e as críticas teóricas reunidas neste artigo convergem sobre a necessidade de quebrar a invisibilidade não só das infraestruturas tecnológicas, como também das assimetrias de poder associadas aos corpos, movimento apontado como fundamental para produção de tecnologias autônomas e livres.

É o caso do coletivo MariaLab, que se define como um *hackerspace* feminista, e que lançou em 2017 um projeto para construção de um servidor, rebatizado servidora como forma de apontar o sexismo na linguagem, chamada Vedetas<sup>6</sup>. No âmbito desse projeto, realizaram em 2017 uma oficina de redes autônomas e comunitárias feministas<sup>7</sup> para mulheres em quatro encontros<sup>8</sup>.

No curso, as interações sociais em torno da tecnologia promovem uma reflexão conjunta sobre tecnologia digitais, levando a emergência de debates sobre assuntos como a infraestrutura da rede; a concentração de poder na internet em duas camadas – a de aplicações (hegemonizadas por grandes empresas como o Google e Facebook) e também na camada de conexão (dominada por empresas de telecomunicações); segurança e privacidade na Internet diante da sinergia entre interesses econômicos de empresas com a vigilância de estado; segurança também perante as violências de gênero na rede; curadoria e autonomia de conteúdos e aplicações que escapem daqueles oferecidos com base no funcionamento opaco de algoritmos de redes sociais e ferramentas de busca. Também são discutidas alternativas para baratear custos de acesso, como compartilhar um sinal de Internet entre vizinhos ou melhoria da qualidade do sinal. As discussões de gênero também são recorrentes, desde debates sobre o potencial de uso de tecnologias no enfrentamento à violências contra as mulheres, quanto sobre as discriminações sofridas por mulheres em suas áreas de atuação e o relato das dificuldades enfrentadas por algumas participantes que encontraram resistências para atuar no campo tecnológico por serem mulheres.

Considerando a perspectiva interseccional já mencionada e as experiências em torno do curso da Vedetas, é possível identificar que o encontro entre feminismo e redes comunitárias acontece num

<sup>6</sup> O MariaLab, segundo apresentação em seu site, é um coletivo que mantém um *hackerspace* protagonizado por mulheres. A organização informa que seu surgimento parte da ideia que “a grande maioria dos *hackerspaces* e *makerspaces* no Brasil e no mundo, embora sejam receptivos com as mulheres, não só têm uma maioria de frequentadores masculina como, por conta disso, acabam por deixar de lado algumas características e necessidades compartilhadas pela maioria das mulheres”. Mais informações disponíveis em: <https://marialab.org/> e <https://vedetas.org>.

<sup>7</sup> A partir da oficina foi produzido o material Introdução a redes autônomas, disponível em: [https://vedetas.org/wp-content/uploads/2017/06/Introdu%C3%A7%C3%A3o-a-redes-aut%C3%B4nomas-VEDETAS\\_v4.pdf](https://vedetas.org/wp-content/uploads/2017/06/Introdu%C3%A7%C3%A3o-a-redes-aut%C3%B4nomas-VEDETAS_v4.pdf).

<sup>8</sup> O curso é realizado sempre aos sábados das 10h às 18h no mês de abril e maio. Acontece em um casarão no centro de São Paulo, espaço de trabalho compartilhado de diferentes empresas e organizações, a maioria delas envolvidas com temáticas de justiça social. Recebe 80 inscrições, das quais são selecionadas 30 participantes. Segundo a organização, os critérios de escolha se basearam em garantir a diversidade de mulheres entre as participantes e em priorizar aquelas que poderiam replicar os conhecimentos em outros coletivos ou organizações. No primeiro encontro é possível perceber que há alguma diversidade entre as participantes: há mulheres de diferentes idades, sendo a maioria numa faixa entre 20 e 40 anos (não há idosas); há diversidade racial, sobretudo entre brancas e negras, e há brasileiras que atuam com o feminismo asiático. As pessoas vêm de diferentes áreas de atuação: grafiteiras, designers, advogadas, comunicadoras do setor de marketing digital, jornalistas, físicas, estudantes secundaristas, pesquisadoras acadêmicas, ativistas feministas de diferentes grupos.

movimento de aproximação entre o debate sobre a invisibilidade das infraestruturas e a invisibilidade das desigualdades associadas a seus corpos não hegemônicos e os problemas específicos que enfrentam. Também na busca de novos paradigmas e experimentações que rompam estruturas de pensamento e práticas que reproduzam o discurso colonialista androcêntrico ocidental.

Tal aproximação é visível no manifesto digital intitulado #Do aço à pele<sup>9</sup>, redigido a quatro mãos numa colaboração entre ativistas do Brasil e México, assinada por “Nanda de Vedetas, servidora transhackfeminista do Brasil, e Nadège da cooperativa feminista de tecnologias livres Kéfir”, que começa da seguinte maneira:

Já somos servidoras. Não precisamos apenas de novos hardwares, coisas feitas de puro aço. Não é que não sejam importantes. A materialidade eletrônica pode ser um portal para o aprendizado e para a transgressão. Incorporamos identidades diversas (femininas, negras, trans, não-binárias) de luta, com uma carga histórica na latinoamérica, de sermos servidoras. Compreendemos nisso a possibilidade de estabelecer resistências e equidades sociais e econômicas que antes não nos foram dadas. Possibilidades de cruzar fronteiras e criar novas alianças e, como servidoras no contexto mais tecnocrático, sermos mestras em tecnologias e conhecimentos forjados por nós mesmas, e não meros reflexos do que observamos.

Esse encontro parece criar um caldo propício para a articulação de agendas tecnopolíticas que contestam simultaneamente o androcentrismo tecnológico, a concentração de mercado e *commoditização* de dados por empresas, a vigilância por empresas e Estados e a relação de tudo isso com o saber técnico sobre as redes digitais – revelando uma dinâmica em que a ocultação de qualquer forma de materialidade parece favorecer os movimentos e corpos hegemônicos e as ideologias que sustentam suas hegemonias.

Numa arena de tensões, o envolvimento de mulheres e pessoas não binárias como ativistas, pesquisadoras ou coletivos organizados em torno das experiências com redes autônomas e comunitárias tem visibilizado essas desigualdades e exigido o seu reconhecimento<sup>10</sup>. Trata-se de uma reivindicação da materialidade, da heterogeneidade e da proposta de alianças na diversidade entre

---

<sup>9</sup> O Manifesto está disponível na íntegra em <https://fermentos.kefir.red/brasileiro/aco-pele>.

<sup>10</sup> Essa demanda começa a atingir espaços multisetoriais de discussão sobre as redes autônomas em comunitárias, como no DC3 (Dynamic Coalition on Community Connectivity), uma coalização formada no âmbito do IGF (Internet Governance Forum) em torno das redes comunitárias que na sua declaração mais recente, a formulado em Guadalajara em 2016, incluiu pela primeira vez a promoção da igualdade de gênero (“Promote full gender balance”) entre os princípios norteadores de redes comunitárias. Disponível em: <https://www.comconnectivity.org/article/dc3-working-definitions-and-principles>.

sujeitos não-hegemônicos que confrontam processos homogeneização da atividade humana e não humana em bancos de dados digitais. E também de um alerta para o próprio campo articulado em torno de alternativas e resistências, no sentido de que não será possível fazer tecnologias livres e autônomas sem reconhecer e desmontar a hierarquização de vidas e corpos e os legados de estruturas colonialistas que contaminam nossos saberes, técnicas e práticas.

## REFERÊNCIAS

Alonso, A. P. (2007). La comunicación como arma de desarrollo? Una mirada desde el punto de vista de las mujeres. In S. C. Marcesse (Orgs.). *Nosotras em el país de las comunicaciones*. Mirada de Mujeres. Barcelona: Icaria editorial.

Butler, J. (2015). Vida precária, vida passível de luto [Introdução]. *Quadros de Guerra - Quando A Vida É Passível de Luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Revista Parágrafo*, 5(1). Recuperado em 30 de outubro de 2017 de <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>.

Feenberg, A. (2010). Teoria Crítica da Tecnologia: Um panorama. *A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: UNB.

Harding, S. (1998). ¿Existe un método feminista? In E. Bartra (Ed.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco. Recuperado em 30 de outubro de 2017 <https://simposioestudiosfeministasct.wordpress.com/curso-epistemologia-feminista-ct>.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 7-41. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

Haraway, D. (2009). A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In D. Haraway (Ed.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* [organização e tradução de Tomaz Tadeu]. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Natansohn, G. (2013). *Internet em código feminino: teorias e práticas* [1. ed.]. Buenos Aires: La Crujía.

Natansohn, G., Brunet, K. S., & Paz, M. D. (2011, junho). Mulheres na Cultura Digital: perspectivas e desafios. *Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, XIII, Maceió, AL, Brasil. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de <http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-1011-1.pdf>.

Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In H. B. de Almeida & J. Szwako (Orgs.). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.

Rago, M. (1998). Epistemologia Feminista, Gênero e História. In J. Pedro & M. Grossi (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural* [versão eletrônica]. Florianópolis: Ed. Mulheres. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf).

Santos, L. G. dos (2003). Tecnologia, Natureza e a “Redescoberta do Brasil”. In L. G. dos Santos (Ed.). *Politizar as novas tecnologias* [versão eletrônica]. São Paulo: Editora 34. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de [https://cteme.files.wordpress.com/2012/02/laymert\\_3.pdf](https://cteme.files.wordpress.com/2012/02/laymert_3.pdf).

Sardenberg, C. M. B. (2002). Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In A. A. Costa & C. M. B. Sardenberg (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, v. 8, Coleção Bahianas. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismociencia.pdf>.

Vicentin, D. J. (2016). A reticulação da banda larga móvel: definindo padrões, informando a rede. *Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp*. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de [http://www.reposip.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/320968/1/Vicentin,%20Diego%20Jair\\_D.pdf](http://www.reposip.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/320968/1/Vicentin,%20Diego%20Jair_D.pdf).

Vicentin, D. J. (2017). Governança da internet, infraestrutura e resistência. *Anais do IV Simposio Internacional LAVITS*, 2017. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de [http://lavits.org/wp-content/uploads/2017/08/P8\\_Vicentin.pdf](http://lavits.org/wp-content/uploads/2017/08/P8_Vicentin.pdf).

Winner, L. (1986). Do Artifacts have Politics? In L. Winner (Orgs.). *The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology* [tradução de Fernando Manso]. Chicago: The University of Chicago Press

Zuboff, S. (2015). Big other: Surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, 30(1), 75–89.